

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO DE SEMINÁRIO N° , DE 2017  
(Do Sr. Alessandro Molon)

Requer a realização de Seminário, em conjunto com a Frente Parlamentar Ambientalista e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, sobre o tema: **“Acordo de Paris: a implementação do compromisso brasileiro e o processo de transição para uma economia de baixo carbono”**.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Seminário, juntamente com a Frente Parlamentar Ambientalista e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, visando debater acerca do tema: **“Acordo de Paris: a implementação do compromisso brasileiro e o processo de transição para uma economia de baixo carbono”**.

Para tanto, sugiro que sejam convidadas as seguintes pessoas e/ou entidades:

- Senhor Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho;
- Senhor Ministro de Agricultura, Blairo Maggi;
- Senhor Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab;
- Senhor Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira;
- Senhor Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles;
- Senhor Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho;
- Senhor Ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha;
- Senhor Subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho;
- Senhor Cientista do Centro de Ciência do Sistema Terrestre CCST/INPE Carlos Nobre;
- Senhor Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Alfredo Sirkis;
- Senhora Presidente do Comitê Coefficient do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (IPCC), Suzana Kahn;

- Senhora Presidente do CEBDS, Marina Grossi;
- Senhor Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade;
- Senhor Professor e Coordenador do Centro Clima da COPPE/UFRJ, Emilio Lèbre La Rovere;
- Senhor Professor e Coordenador do Programa de Planejamento de Energia da COPPE/UFRJ, Roberto Schaeffer;
- Senhor Professor e PhD em Economia Ambiental Sergio Margulis;
- Senhor Secretário-Executivo do Observatório do Clima, Carlos Rittl;
- Senhor Diretor-Executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic.

## **JUSTIFICATIVA**

Na 21ª Conferência das Partes (COP 21) da UNFCCC, em Paris, um novo acordo climático foi adotado com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e de reforçar a capacidade dos países em lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O acordo foi assinado por 195 países e entrou em vigor, em âmbito internacional, em 4 de novembro de 2016, com a ratificação feita por 92 países. O limite mínimo para ratificar era de 55 países, que representam 55% das emissões mundiais de gases do efeito estufa.

O Acordo de Paris é um marco político com o potencial de reorientar os esforços globais em torno de um dos problemas mais difíceis que a humanidade enfrenta. O fato de o Acordo entrar em vigor em 4 de novembro, muito mais cedo do que se imaginava em dezembro passado, juntamente com os progressos recentes no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e no Protocolo de Montreal são sinais encorajadores da continuidade da vontade política para enfrentar a mudança climática.

Porém, ainda há muito a ser feito para o Acordo de Paris alavancar totalmente a ação climática global e desencadear as transformações socioeconômica e energética necessárias para cumprir as metas de desenvolvimento sustentável, para manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C e fazer esforços para limitá-lo a 1,5 ° C. Os atuais compromissos nacionais alteram a curva de emissões, mas ainda deixam o mundo

caminhando rumo a cerca de 3°C de aquecimento – o que irá prejudicar nossos desejos de desenvolvimento coletivo e será catastrófica para muitos.

No ritmo atual que os gases estufa antropogênicos (GEE) são emitidos para a atmosfera (cerca de 50 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano - GtCO<sub>2</sub>eq), o orçamento global do carbono para qualquer chance razoável de limitar o aquecimento a abaixo de 1,5° C (400-600 GtCO<sub>2</sub>eq) será esgotado no próximos 4 a 12 anos. Além disso, a somatória dos planos atuais dos países faz com que as emissões globais cresçam pelo menos até 2030. Os países devem se concentrar no que está sob seu controle: corte imediato e em larga escala de emissões.

De acordo com o Climate Data Explorer – CAIT, o Brasil é o maior emissor de GEE da América Latina e ocupa o 5º lugar no mundo, se o desmatamento for incluído, e o 6º lugar, se for excluído. A política de combate ao desmatamento e a mudança do perfil da população brasileira nos últimos anos no Brasil levou a uma alteração no perfil das emissões brasileiras: reduziu-se o volume de GEE emitido pelo uso do solo e aumentou-se as emissões do setor de energia.

Em 2015, no âmbito do Acordo de Paris, o Brasil apresentou a sua Contribuição Nacional Determinada (iNDC), apontando suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030. Em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo, se comprometendo com a implementação de sua NDC. Com objetivo de planejar a implantação dessas ações e medidas, o governo brasileiro iniciou, no ano passado, o processo de elaboração da Estratégia Nacional para a Implementação e o Financiamento da NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

A elaboração da Estratégia Nacional será articulada entre o governo federal, governos estaduais e municipais, setores relevantes da economia e segmentos da sociedade, entidades representativas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e demais grupos interessados, por meio do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), em Diálogos Estruturados a serem conduzidos ao longo do primeiro semestre de 2017, em Câmaras Temáticas no âmbito do Fórum.

Nesse contexto, o Brasil deve agora aproveitar a oportunidade para elaborar uma robusta estratégia de implementação do seu NDC e apresentar um contributo justo para os esforços internacionais. Dessa forma, este seminário será uma oportunidade extraordinária para aprofundarmos o debate público, prático e acadêmico sobre essa questão, trazendo para discussão os pontos em que o Brasil deve avançar em sua política climática, para assegurar não só o cumprimento de sua NDC, como também um processo de transição justa para uma economia de baixo carbono no país.

Diante do exposto, espero a compreensão dos senhores parlamentares desta Comissão para a aprovação da nossa proposta.

Sala das Comissões, 05 de abril 2017.

---

Dep. Alessandro Molon  
REDE/RJ